

Ofício nº. 785/2022 – GAB/SME

Franca, 24 de novembro de 2022.

**Assunto:** Resposta ao Requerimento nº 478/2022 – Vereadora Lurdinha Granzotte.

Recebi em 25/11/22

Exmo Senhor Prefeito,

Gabinete do Prefeito

Em resposta ao Requerimento nº 478/2022, da Vereadora Lurdinha Granzotte, solicitando que seja verificada a possibilidade de inclusão dos profissionais do CEI (Centro de Educação Integrada) na relação de servidores que receberão o bônus oriundo dos recursos do FUNDEB, informamos que:

Primeiramente cabe-nos esclarecer que conforme estabelecido no § 2º, do Art. 211 da Constituição Federal, os municípios terão como prioridade o Ensino Fundamental e Educação Infantil, enquanto que os Estados e o Distrito Federal, atuarão no Ensino Fundamental e Médio:

Art. 211 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

Ainda, em observância a Lei Federal nº 14.271/2021 que alterou a Lei Federal nº 14.113/2020, art. 7º, fica estabelecido que a distribuição dos recursos para pagamento da Gratificação de Valorização do Ensino Fundamental a ser paga aos profissionais da Educação Básica Escolar dar-se-á em função do número de alunos matriculados nas redes de **educação básica pública presencial**:

Art. 7º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, nos termos do art. 3º desta Lei, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal e da complementação da União, conforme o art. 5º desta Lei, dar-se-á, na forma

do Anexo desta Lei, em função do número de alunos matriculados nas respectivas **redes de educação básica pública presencial**, observadas as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno (VAAF, VAAT ou VAAR) entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino e consideradas as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade, bem como o disposto no art. 10 desta Lei.

Isto posto, esclarecemos que o Centro de Educação Integrada – CEI é um Projeto da Prefeitura de Franca, que oferece oficinas profissionalizantes aos alunos com deficiência intelectual visando a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, portanto não é público alvo da Educação Básica e ainda, o recurso utilizado para pagamento dos servidores lotados no CEI não advém dos recursos do FUNDEB e sim do recurso geral do município, por não se tratar de instituição vinculada à Educação.

A fonte de recursos utilizada para pagamento da gratificação do abono, de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 396/2022 que alterou a Lei Complementar nº 376/2022, não ampara o pagamento para os servidores do CEI:

Art. 6º - As despesas de Gratificação de Valorização do Ensino Municipal, previstas nesta Lei, onerarão as classificações dos programas orçamentários "123612017 Educação Básica - Fundamental", "123652018 Educação Básica - Infantil", e "123662019 Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos", da Unidade Executora "020502 Fundo da Educação Básica".

Atenciosamente,



Márcia de Carvalho Gatti

**Secretária Municipal de Educação**

**Exmo Sr.**

**Alexandre Augusto Ferreira**

**Prefeito**



**REQUERIMENTO Nº. 478/2022**

|                     |
|---------------------|
| Despacho            |
| <br>                |
| Sala das Sessões    |
| em, ____/____/____. |
| <br>                |
| PRESIDENTE          |

Dentre outras funções, os Vereadores também são responsáveis pela fiscalização das ações tomadas pelo poder executivo, cabendo-lhes a responsabilidade de acompanhar a Administração Municipal, principalmente no tocante ao cumprimento da lei e da boa aplicação e gestão do erário, bem como propor benfeitorias, obras e serviços para o bem-estar social da população em geral.

Sendo assim, a vereadora que a este subscreve REQUER, na forma regimental, ouvidas as considerações do Augusto Plenário, que seja oficiado o Exmo. Sr. Alexandre Augusto Ferreira, Prefeito Municipal de Franca para que envie a esta Casa de Leis informações sobre a possibilidade de incluir os servidores do CEI para recebimento do bônus do FUNDEB.



Os professores do CEI não recebem bônus do FUNDEB e também não receberam computadores. Ocorre que, o concurso público foi prestado para compor o quadro docente da Secretaria de Educação do Município. Hoje, eles compõem este quadro, seguem regras da Secretaria de Educação, participam do REP e estudos pedagógicos, porém prestam serviços no CEI.

Sendo assim, requeiro informações sobre a possibilidade de incluir estes servidores, que prestam excepcional serviço público, no rol de pessoas beneficiadas com o bônus do FUNDEB.

Câmara Municipal de Franca, 04 de novembro de 2022.

---

Vereadora Lurdinha Granzotte

